



028

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

AGRAVO REGIMENTAL Nº - 0197822-3/02

RECORRENTE: Município do Recife

RECORRIDO: Espólio de Bartolomeu Paes de Oliveira

RELATOR: Des. João Bosco Gouveia de Melo

ÓRGÃO JULGADOR: Sétima Câmara Cível

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL RECEBIDO COMO AGRAVO LEGAL. PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE ANTE A ISENÇÃO DE CUSTAS PELO MUNICÍPIO AGRAVANTE. DECISÃO TERMINATIVA PAUTADA EM CONSONÂNCIA COM O UNÍSSONO ENTENDIMENTO DO STJ. MANUTENÇÃO DA DECISÃO PELOS SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. POR MAIORIA.

1. O Agravo Regimental foi recebido como Recurso de Agravo em face do Princípio da Fungibilidade Recursal, uma vez que se encontrava tempestivo e que o Município Agravante é dispensado do pagamento de custas.

2- Com a inexistência de fato novo relevante, a simples rediscussão da matéria foge a alçada do recurso intentado, a jurisprudência é uníssona não albergando a recorribilidade das decisões já apreciadas fora do recurso específico para tal. Manifestam-se neste sentido tanto o Tribunal local como os Tribunais Superiores.

3- Agravo Regimental conhecido e improvido à unanimidade.



029

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Agravo Regimental nº 0197822-3/02, figurando como recorrente MUNICÍPIO DO RECIFE e como recorrido O ESPÓLIO DE BARTOLOMEU PAES DE OLIVEIRA; acordam os Desembargadores que compõem a SÉTIMA CÂMARA CÍVEL do Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, em **NEGAR PROVIMENTO** ao presente recurso, tudo conforme o relatório, votos e notas taquigráficas anexos, que passam a integrar o presente julgado.

Recife, 26 de 01 de 2010.


Des. JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO
- Relator / Presidente -



030

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

AGRAVO REGIMENTAL Nº - 0197822-3/02

RECORRENTE: Município do Recife

RECORRIDO: Espólio de Bartolomeu Paes de Oliveira

RELATOR: Des. João Bosco Gouveia de Melo

ÓRGÃO JULGADOR: Sétima Câmara Cível

RELATÓRIO

O Município do Recife ingressou com o presente agravo regimental em face de decisão terminativa proferida na Apelação Cível nº 197822-3, que negou provimento ao mencionado recurso, com fundamento no art. 557, do Código de Processo Civil.

Expõe de forma reiterada, sumariamente os mesmos argumentos trazidos na Apelação anteriormente julgada, ou seja, a sua insatisfação em ter que indenizar o recorrido pelos danos morais e materiais por ele sofrido.

Reporta-se no seu pedido final, ao provimento do presente recurso, no sentido de rever a decisão ora agravada, reformando-a integralmente, e, julgar improcedente a demanda.

É o relatório.

Recife, 26 de 01 de 2010.


Des. JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO

- Relator -



031

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

AGRAVO REGIMENTAL Nº - 0197822-3/02

RECORRENTE: Município do Recife

RECORRIDO: Espólio de Bartolomeu Paes de Oliveira

RELATOR: Des. João Bosco Gouveia de Melo

ÓRGÃO JULGADOR: Sétima Câmara Cível

VOTO

Trata-se de agravo regimental interposto de decisão terminativa proferida em apelação cível negou-lhe seguimento, com fundamento no art. 557 do CPC vigente.

Antes de mais nada, cumpre observar que o recurso cabível para o presente caso é o **Recurso de Agravo** previsto no § 1º do art. 557 da Lei Processual Civil vigente e não o Agravo Regimental, vez que a decisão fustigada foi baseada no art. 557 do CPC.

De fato, ambos os recursos supracitados devem ser interpostos no prazo de 05 (cinco) dias, mas o recurso doméstico não está sujeito a preparo, ao passo que o Recurso de Agravo deve ser precedido de preparo. Contudo, como estamos diante de uma pessoa jurídica de direito público, *in casu*, o Município do Recife, que está dispensado do pagamento de custas judiciais, é possível aplicar o princípio da fungibilidade recursal, recebendo o Regimental como Recurso de Agravo.

Feitas essas considerações preliminares, passo a analisar as questões trazidas pelo recurso interposto.



032

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

Trata-se de agravo regimental interposto de decisão terminativa proferida em apelação cível que negou-lhe seguimento, com fundamento no art. 557, do CPC.

Constata-se de logo a rediscussão e inconformismo dos fundamentos já avaliados, não se afigurando como fato novo, passíveis de modificação no julgado.

É o que se depreende do acórdão a seguir colacionado:

"EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. DECISÃO MONOCRÁTICA TERMINATIVA QUE NEGOU SEGUIMENTO AO APELO. RECURSO DE AGRAVO. MERA REPETIÇÃO DE ARGUMENTOS DANTES. VENTILADOS NA PRIMEIRA PEÇA RECURSAL. PRETENSÃO DE REDISCUTIR OS FUNDAMENTOS DA SENTENÇA. IMPOSSIBILIDADE. ART. 512, CPC. DECISÃO TERMINATIVA PAUTADA EM JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE. AGRAVO LEGAL REJEITADO À UNANIMIDADE DE VOTOS. Uma vez que a decisão monocrática terminativa proferida neste juízo 'ad quem' substituiu, nos termos do art. 512, CPC, a sentença emanada naquele juízo de 1º grau, resta naturalmente prejudicado o exame de preliminar voltada à rediscussão da sentença. No mérito, a mera irresignação do recorrente, demonstrada na simples repetição dos termos e fundamentos já constantes em sua peça de apelo, sem qualquer referência a fato novo relevante, não tem o condão de modificar o julgado combatido, inclusive porque referendado pela jurisprudência dominante de nossos Tribunais sobre a matéria, não sendo demais



032

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

ressaltar, por outro lado, o caráter inusitado e inovador da pretensão meritória formulada neste recurso. Agravo legal que se nega provimento à unanimidade de votos". (grifos acrescentados)

(Recurso de Agravo nº 154179-3/01. Rel. Des. LUIZ CARLOS FIGUEIRÊDO. Órgão Julgador: 7ª Câmara Cível TJPE. Data do Julgamento 27.11.07 Publicação nº 227).

Explicitamente o recurso em tela, não merece acolhimento, eis a latente rediscussão da matéria, inaceitável em sede de recurso de agravo regimental.

Posto isso, **VOTO** pelo não provimento do presente recurso, mantendo incólume à decisão terminativa prolatada nos autos da Apelação Cível nº 0197822-3.

Recife, 26 de 01 de 2010.


Des. JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO
- Relator / Presidente -